

# STF negocia fim da briga entre União e estados por ICMS

Supremo busca acordo no caso da desoneração dos combustíveis

DE BRASÍLIA

O grupo criado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para resolver o impasse em torno da manutenção da atual desoneração dos combustíveis discute pelo menos três propostas para evitar que, como querem os estados, a Corte derrube a lei que impôs um teto para a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Uma das propostas consiste em mexer na cobrança do ICMS conforme o aumento dos preços do petróleo. Outra sugestão passa pela criação de um fundo de estabilização para amenizar possíveis impactos de reajustes dos combustíveis para o consumidor final.

Também está na mesa uma tentativa de redistribuir os royalties do petró-

## CONGRESSO

Representante do Congresso na comissão criada pelo STF, o deputado Danilo Forte (União-CE), autor do projeto que originou a desoneração dos combustíveis, pediu respeito ao Legislativo em reunião. "Estamos dispostos a fechar um acordo. Não estamos aqui para punir entes federados, o que queremos é defender o consumidor".

leo aos estados e aos municípios para compensar perdas de arrecadação com a fixação do teto para o ICMS.

O grupo é formado por secretários estaduais da Fazenda, Governo Federal e representantes do Congresso, e foi criado pelo ministro do STF Gilmar Men-

des, relator de ações que questionam duas leis aprovadas sobre o tema.

O prazo para a comissão de conciliação chegar a um consenso é o próximo dia 3. A ausência de um acordo levaria o STF a arbitrar o impasse de forma unilateral. Declarar a lei inconstitucional compraria uma briga com o Congresso e obrigaria os estados a adotar a medida, por outro lado, causaria reação dos governadores.

## IMPACTO NAS CONTAS

O impasse em torno do ICMS e da perda de arrecadação apontada pelos estados é um dos principais temas da agenda econômica depois das eleições - entre as razões, o impacto nas contas do Governo Federal.

Uma das leis estabelece a alíquota única para o ICMS



Felipe Salto, secretário estadual da Fazenda: sugestão de fundo para amenizar preços ao consumidor

sobre os combustíveis, mudando a dinâmica adotada até este ano. A segunda lei impõe um teto para o tributo nos estados - entre 17% e 18%. Os governadores apontam perdas de arrecadação e tentam garantir a receita.

Na última quarta-feira, a comissão se reuniu para discutir a adoção de uma média móvel para a cobrança do imposto, com base na alíquota adotada nos últi-

mos cinco anos pelos estados, mas não houve acordo. O secretário da Fazenda de São Paulo, Felipe Salto, sugeriu criar um fundo de estabilização para amenizar os preços, que manteria a cobrança do ICMS no formato tradicional (com base no valor de mercado).

O fundo funcionaria como um colchão, abastecido com dividendos pagos pela Petrobras à União, para subsidiar a alta dos preços

por meio de uma transferência aos consumidores de baixa renda.

Uma das leis já prevê um fundo, mas o mecanismo é autorizativo e não prevê nenhuma transferência de renda direta, além de enfrentar resistência do Governo. "Se não houver um acordo, o Supremo vai acabar decidindo pela inconstitucionalidade", afirmou Salto.

(Estadão Conteúdo)

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

**Seção:** Economia **Caderno:** B **Página:** 1